



AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A. - AGEHAB

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DOS CONTROLES INTERNOS
E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIARIAS ENCERRADAS EM 30/06/2025

Índice

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	METODOLOGIA	5
2.1	TÉCNICAS DE ABORDAGEM.....	5
2.2	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	5
2.3	ESTUDO E DOS AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	6
3.	RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA.....	7
3.1	ESTRUTURA PATRIMONIAL E BALANÇETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO	7
4.	BALANÇETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO	8
5.	PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS	13
6.	COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E SEUS CONTROLES INTERNOS	16
7.	COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E SEUS CONTROLES INTERNOS	26
8.	CONCLUSÃO	32

Goiânia/GO, 10 de setembro 2025.

Aos

**Acionistas, Diretores e demais Administradores da
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A. - AGEHAB**

Rua 18-A nº 541 Quadra 31-A Lote 20/21 – Setor Aeroporto – CEP.:74070-060
Goiânia – Goiás – Telefones (62) 30965000 – 30965050
CNPJ (MF) Nº 01.274.240/0001-47

Att. Diretoria Financeira

Ref. Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pela AGEHAB, acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável a formação de nossa opinião inerente a fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 30/09/2025, queremos:

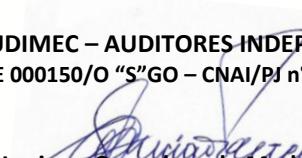
Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças à independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: Análise dos Melhores Referenciais do BP e DRE elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Governança a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograriamos êxito em nosso intento.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S”GO – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador RT- CRC/PE 010483/O-9 “S”GO
Sócio Sênior – CNAI 1592

AGEHAB - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A.
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2025

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração da **AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A.** acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de junho de 2025, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Empresas Públicas e Economias Mistas com personalidade jurídica de direito privado, regidas concomitantemente pelas leis 4.320/64, 6.404/76 e 13.303/16, durante o período em campo, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, onde fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e, com base no grau de credibilidade que atribuímos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados por amostragem estratificada científicamente.

Efetuamos testes de substância e de observância, que implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenha sido impingida à consecução dos trabalhos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial prévio do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Companhia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

2. METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária da empresa a ser auditada conforme NBC-TA 300(R1), 315(R2), 320(R1) e 330(R1).

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 45 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Contabilidade para Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis Históricas (NBCs-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBCs-PA aprovadas pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinaria.

2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

2.2 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pela Governança da Empresa, conforme preconizado nas NBCs-TA 200(R1), 210(R1), 220 (R3), 230(R1), 240(R1), 250, e 260(R2). Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas, podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Empresa contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuênciam formal da AUDIMEC na forma da NBC-TA 265.

2.3 ESTUDO E DOS AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os Controles Internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados na elaboração de Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, bem como de assegurar sua eficiência, sua eficácia e sua efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, se possa estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

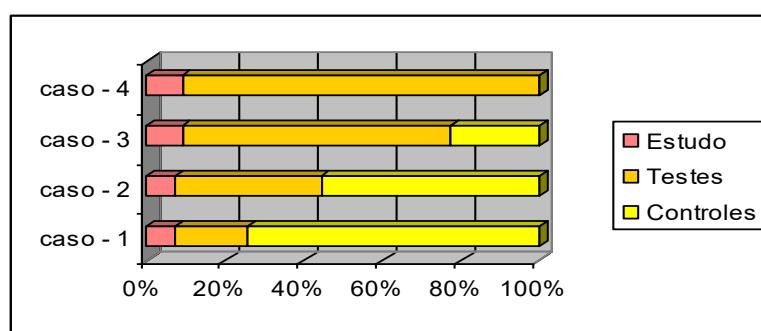
Consiste basicamente em uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva gerado a partir da análise vertical e horizontal dos saldos apresentados no balancete patrimonial mais recente que dá origem a Matriz de Riscos. Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos Controles Internos.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados é respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que deve ser perseguido.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar a opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais são aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos Controles Internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os Controles Internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ Testes de Substância:

Os testes de substância permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

3. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 012/2023, que ensejou o Contrato nº 30/2023, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

3.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL E BALANCETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado entre 30/06/2025 e 31/03/2025, sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos				
IMPACTO	Grande	5	10	15	20	25
	Relevante	4	8	12	16	20
	Moderado	3	6	9	12	15
	Pequeno	2	4	6	8	10
	Insignificante	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5
		Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
		< 10%	=10% <= 30%	=30% <= 50%	=50% <= 90%	>90%
	PROBABILIDADE					
	Escala de Nível de Risco					
	Níveis		Pontuação			
	RC - Risco Crítico		13 a 25			
	RA - Risco Alto		7 a 12			
	RM - Risco Moderado		4 a 6			
	RP - Risco Pequeno		1 a 3			

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descriativa	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

4. BALANÇETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 30/06/2025 sob exame, bem como da análise dos relatórios de auditorias anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

ATIVO		SALDOS				Variação 2T25 x 1T25	
Especificação		Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	120.267.896,75	16,49		103.148.620,19	15,72	17.119.276,56	16,60
Disponibilidades Financeiras	45.956.653,08	6,30		81.398.763,17	12,41	-35.442.110,09	-43,54
Bancos Conta Movimento	45.783.891,13	6,28		81.303.850,14	12,39	-35.519.959,01	-43,69
Bancos Adiantamentos para colaboradores	98,00	0,00		98,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	36.112,10	0,00		28.970,50	0,00	7.141,60	24,65
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	136.551,85	0,02		65.844,53	0,01	70.707,32	107,39
Títulos e Valores Mobiliários	63.642.478,66	8,73		12.040.589,61	1,84	51.601.889,05	428,57
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	58.448.054,77	8,01		6.834.702,46	1,04	51.613.352,31	755,17
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios Diversos	521.121,18	0,07		519.016,64	0,08	2.104,54	0,41
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios CEF/FGTS	4.673.302,71	0,64		4.686.870,51	0,71	-13.567,80	-0,29
Contas a Receber	392.453,19	0,05		402.300,31	0,06	-9.847,12	-2,45
Contas a Receber Operacionais	392.453,19	0,05		402.300,31	0,06	-9.847,12	-2,45
Adiantamentos Concedidos a Obras	8.573.488,46	1,18		8.573.488,46	1,31	0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos a Obras	8.573.488,46	1,18		8.573.488,46	1,31	0,00	0,00
Antecipações a Empregados	1.387.607,39	0,19		557.271,56	0,08	830.335,83	149,00
Antecipações a Empregados	1.387.607,39	0,19		557.271,56	0,08	830.335,83	149,00
Tributos a Recuperar	225.939,34	0,03		75.868,94	0,01	150.070,40	197,80
Tributos Municipais e Federais	225.939,34	0,03		75.868,94	0,01	150.070,40	197,80
Despesas Anticipadas	3.740,33	0,00		6.378,87	0,00	-2.638,54	-41,36
Despesas Anticipadas	3.740,33	0,00		6.378,87	0,00	-2.638,54	-41,36
Estoque de Bens do Almoxarifado	85.536,30	0,01		93.959,27	0,01	-8.422,97	-8,96
Estoque de Bens do Almoxarifado	85.536,30	0,01		93.959,27	0,01	-8.422,97	-8,96
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	609.138.111,69	83,51		552.853.899,62	84,28	56.284.212,07	10,18
Realizável a Longo Prazo	602.095.805,71	82,55		547.339.026,68	83,44	54.756.779,03	10,00
Devedores por Vendas Compromissadas	91.991,72	0,01		91.991,72	0,01	0,00	0,00
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	1.129.756,77	0,15		1.129.756,77	0,17	0,00	0,00
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	2.163.854,64	0,30		2.163.854,64	0,33	0,00	0,00
Tributos a Recuperar	770.734,70	0,11		747.771,07	0,11	22.963,63	3,07
Obras Em Andamento - Programas Habitacionais	597.939.467,88	81,98		543.205.652,48	82,81	54.733.815,40	10,08
Imobilizado	2.916.410,07	0,40		2.166.324,36	0,33	750.085,71	34,62
Bens Tangíveis	6.982.233,57	0,96		5.992.053,78	0,91	990.179,79	16,52
(-) Depreciações Acumuladas	-4.065.823,50	-0,56		-3.825.729,42	-0,58	-240.094,08	6,28
Bens Intangíveis	4.125.895,91	0,57		3.348.548,58	0,51	777.347,33	23,21
Bens Intangíveis	6.013.064,36	0,82		5.000.709,75	0,76	1.012.354,61	20,24
(-) Amortizações Acumuladas	-1.887.168,45	-0,26		-1.652.161,17	-0,25	-235.007,28	14,22
TOTAL	729.406.008,44			656.002.519,81		73.403.488,63	11,19
PASSIVO		SALDOS				Variação 2T25 x 1T25	
Especificação		Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	121.518.021,22	16,66		101.557.726,54	15,48	19.960.294,68	19,65
Obrigações de Curto Prazo	121.518.021,22	16,66		101.557.726,54	15,48	19.960.294,68	19,65
Obrigações Trabalhistas	174.604,82	0,02		116.527,63	0,02	58.077,19	49,84
Consignações sobre Folha de Pagamento	53.635,19	0,01		46.465,40	0,01	7.169,79	15,43
Obrigações Sociais	2.344.082,10	0,32		2.195.471,03	0,33	148.611,07	6,77
Obrigações Tributárias	881.344,62	0,12		620.120,87	0,09	261.223,75	42,12
Contas a Pagar	9.675.260,31	1,33		10.354.905,94	1,58	-679.645,63	-6,56
Provisões Trabalhistas	8.681.299,87	1,19		6.871.094,53	1,05	1.810.205,34	26,35
Subvenção Governamental a Realizar	95.270.293,44	13,06		76.984.427,40	11,74	18.285.866,04	23,75
Créditos para Recursos Vinculados	4.437.500,87	0,61		4.368.713,74	0,67	68.787,13	1,57
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.088.000,00	0,29		2.088.000,00	0,32	0,00	0,00
Exigível a Longo Prazo	2.088.000,00	0,29		2.088.000,00	0,32	0,00	0,00
Provisões para Contingências	2.088.000,00	0,29		2.088.000,00	0,32	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	123.606.021,22	16,95		103.645.726,54	15,80	19.960.294,68	19,26
Capital Social	187.256.418,03	25,67		187.256.418,03	28,55	0,00	0,00
Ações	187.256.418,03	25,67		187.256.418,03	28,55	0,00	0,00
Reservas	773.787.983,70	106,08		773.787.983,70	117,96	0,00	0,00
Reservas de Lucros	773.787.983,70	106,08		773.787.983,70	117,96	0,00	0,00
Subvenção Governamental para Investimento	773.787.983,70	106,08		773.787.983,70	117,96	0,00	0,00
Resultado de Apuração	-355.242.778,51	-48,70		-408.685.972,46	-62,30	53.443.193,95	-13,08
Resultado de Apuração	-355.242.778,51	-48,70		-408.685.972,46	-62,30	53.443.193,95	-13,08
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	605.799.987,22	83,05		552.356.793,27	84,20	53.443.193,95	9,68
TOTAL	729.406.008,44			656.002.519,81		73.403.488,63	11,19

4.1.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **11,19%** verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 73.403.488,63**, ocorrida entre os períodos do 2º trimestre de 2025 e do 1º trimestre de 2025 propiciando, assim, analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

	ATIVO	Variação 2T25 x 1T25
Especificação	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	17.119.276,56	16,60
Disponibilidades Financeiras	-35.442.110,09	-43,54
Bancos Conta Movimento	-35.519.959,01	-43,69
Bancos Adiantamentos para colaboradores	0,00	0,00
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	7.141,60	24,65
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	70.707,32	107,39
Títulos e Valores Mobiliários	51.601.889,05	428,57
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	51.613.352,31	755,17
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios Diversos	2.104,54	0,41
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios CEF/FGTS	-13.567,80	-0,29
Contas a Receber	-9.847,12	-2,45
Contas a Receber Operacionais	-9.847,12	-2,45
Adiantamentos Concedidos a Obras	0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos a Obras	0,00	0,00
Antecipações a Empregados	830.335,83	149,00
Antecipações a Empregados	830.335,83	149,00
Tributos a Recuperar	150.070,40	197,80
Tributos Municipais e Federais	150.070,40	197,80
Despesas Antecipadas	-2.638,54	-41,36
Despesas Antecipadas	-2.638,54	-41,36
Estoque de Bens do Almoxarifado	-8.422,97	-8,96
Estoque de Bens do Almoxarifado	-8.422,97	-8,96
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	56.284.212,07	10,18
Realizável a Longo Prazo	54.756.779,03	10,00
Devedores por Vendas Compromissadas	0,00	0,00
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	0,00	0,00
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	0,00	0,00
Tributos a Recuperar	22.963,63	3,07
Obras Em Andamento - Programas Habitacionais	54.733.815,40	10,08
Imobilizado	750.085,71	34,62
Bens Tangíveis	990.179,79	16,52
(-) Depreciações Acumuladas	-240.094,08	6,28
Bens Intangíveis	777.347,33	23,21
Bens Intangíveis	1.012.354,61	20,24
(-) Amortizações Acumuladas	-235.007,28	14,22
TOTAL	73.403.488,63	11,19
PASSIVO	Variação 2T25 x 1T25	
Especificação	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	19.960.294,68	19,65
Obrigações de Curto Prazo	19.960.294,68	19,65
Obrigações Trabalhistas	58.077,19	49,84
Consignações sobre Folha de Pagamento	7.169,79	15,43
Obrigações Sociais	148.611,07	6,77
Obrigações Tributárias	261.223,75	42,12
Contas a Pagar	-679.645,63	-6,56
Provisões Trabalhistas	1.810.205,34	26,35
Subvenção Governamental a Realizar	18.285.866,04	23,75
Créditos para Recursos Vinculados	68.787,13	1,57
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões para Contingências	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	19.960.294,68	19,26
Capital Social	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Subvenção Governamental para Investimento	0,00	0,00
Resultado de Apuração	53.443.193,95	-13,08
Resultado de Apuração	53.443.193,95	-13,08
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.443.193,95	9,68
TOTAL	73.403.488,63	11,19

4.1.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVO	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	
Especificação	< A/V >		
ATIVO CIRCULANTE	120.267.896,75	16,49	Relativo 
Disponibilidades Financeiras	45.956.653,08	6,30	Baixo 
Bancos Conta Movimento	45.783.891,13	6,28	Baixo 
Bancos Adiantamentos para colaboradores	98,00	0,00	Baixo 
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	36.112,10	0,00	Baixo 
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	136.551,85	0,02	Baixo 
Títulos e Valores Mobiliários	63.642.478,66	8,73	Baixo 
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	58.448.054,77	8,01	Baixo 
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios Diversos	521.121,18	0,07	Baixo 
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios CEF/FGTS	4.673.302,71	0,64	Baixo 
Contas a Receber	392.453,19	0,05	Baixo 
Contas a Receber Operacionais	392.453,19	0,05	Baixo 
Adiantamentos Concedidos a Obras	8.573.488,46	1,18	Baixo 
Adiantamentos Concedidos a Obras	8.573.488,46	1,18	Baixo 
Antecipações a Empregados	1.387.607,39	0,19	Baixo 
Antecipações a Empregados	1.387.607,39	0,19	Baixo 
Tributos a Recuperar	225.939,34	0,03	Baixo 
Tributos Municipais e Federais	225.939,34	0,03	Baixo 
Despesas Antecipadas	3.740,33	0,00	Baixo 
Despesas Antecipadas	3.740,33	0,00	Baixo 
Estoque de Bens do Almoxarifado	85.536,30	0,01	Baixo 
Estoque de Bens do Almoxarifado	85.536,30	0,01	Baixo 
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	609.138.111,69	83,51	Alto 
Realizável a Longo Prazo	602.095.805,71	82,55	Alto 
Obrereiros por Vendas Compromissadas	91.991,72	0,01	Baixo 
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	1.129.756,77	0,15	Baixo 
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	2.163.854,64	0,30	Baixo 
Tributos a Recuperar	770.734,70	0,11	Baixo 
Obras Em Andamento - Programas Habitacionais	597.939.467,88	81,98	Alto 
Imobilizado	2.916.410,07	0,40	Baixo 
Bens Tangíveis	6.982.233,57	0,96	Baixo 
(-) Depreciações Acumuladas	-4.065.823,50	-0,56	Baixo 
Bens Intangíveis	4.125.895,91	0,57	Baixo 
Bens Intangíveis	6.013.064,36	0,82	Baixo 
(-) Amortizações Acumuladas	-1.887.168,45	-0,26	Baixo 
TOTAL	729.406.008,44		
PASSIVO	SALDOS	RISCO DE EXPOSIÇÃO	
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >
PASSIVO CIRCULANTE	121.518.021,22	16,66	Relativo 
Obrigações de Curto Prazo	121.518.021,22	16,66	Relativo 
Obrigações Trabalhistas	174.604,82	0,02	Baixo 
Consignações sobre Folha de Pagamento	53.635,19	0,01	Baixo 
Obrigações Sociais	2.344.082,10	0,32	Baixo 
Obrigações Tributárias	881.344,62	0,12	Baixo 
Contas a Pagar	9.675.260,31	1,33	Baixo 
Provisões Trabalhistas	8.681.299,87	1,19	Baixo 
Subvenção Governamental a Realizar	95.270.293,44	13,06	Relativo 
Créditos para Recursos Vinculados	4.437.500,87	0,61	Baixo 
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.088.000,00	0,29	Baixo 
Exigível a Longo Prazo	2.088.000,00	0,29	Baixo 
Provisões para Contingências	2.088.000,00	0,29	Baixo 
TOTAL DO PASSIVO	123.606.021,22	16,95	Relativo 
Capital Social	187.256.418,03	25,67	Alto 
Ações	187.256.418,03	25,67	Alto 
Reservas	773.787.983,70	106,08	Alto 
Reservas de Lucros	773.787.983,70	106,08	Alto 
Subvenção Governamental para Investimento	773.787.983,70	106,08	Alto 
Resultado de Apuração	-355.242.778,51	-48,70	Alto 
Resultado de Apuração	-355.242.778,51	-48,70	Alto 
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	605.799.987,22	83,05	Alto 
TOTAL	729.406.008,44		

4.1.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO	RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	Relativo	Relativo
Disponibilidades Financeiras	Baixo	Alto
Bancos Conta Movimento	Baixo	Alto
Bancos Adiantamentos para colaboradores	Baixo	Nula
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	Baixo	Alto
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	Baixo	Alto
Títulos e Valores Mobiliários	Baixo	Alto
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	Baixo	Alto
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios Diversos	Baixo	Baixo
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios CEF/FGTS	Baixo	Baixo
Contas a Receber	Baixo	Baixo
Contas a Receber Operacionais	Baixo	Baixo
Adiantamentos Concedidos a Obras	Baixo	Nula
Adiantamentos Concedidos a Obras	Baixo	Nula
Antecipações a Empregados	Baixo	Alto
Antecipações a Empregados	Baixo	Alto
Tributos a Recuperar	Baixo	Alto
Tributos Municipais e Federais	Baixo	Alto
Despesas Antecipadas	Baixo	Alto
Despesas Antecipadas	Baixo	Alto
Estoque de Bens do Almoxarifado	Baixo	Baixo
Estoque de Bens do Almoxarifado	Baixo	Baixo
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	Alto	Relativo
Realizável a Longo Prazo	Alto	Relativo
Devedores por Vendas Compromissadas	Baixo	Nula
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	Baixo	Nula
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	Baixo	Nula
Tributos a Recuperar	Baixo	Baixo
Obras Em Andamento - Programas Habitacionais	Alto	Relativo
Imobilizado	Baixo	Alto
Bens Tangíveis	Baixo	Relativo
(-) Depreciações Acumuladas	Baixo	Baixo
Bens Intangíveis	Baixo	Alto
Bens Intangíveis	Baixo	Alto
(-) Amortizações Acumuladas	Baixo	Relativo
TOTAL	Relativo	
PASSIVO	RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	< A/V >	< A/H >
PASSIVO CIRCULANTE	Relativo	Relativo
Obrigações de Curto Prazo	Relativo	Relativo
Obrigações Trabalhistas	Baixo	Alto
Consignações sobre Folha de Pagamento	Baixo	Relativo
Obrigações Sociais	Baixo	Baixo
Obrigações Tributárias	Baixo	Alto
Contas a Pagar	Baixo	Baixo
Provisões Trabalhistas	Baixo	Alto
Subvenção Governamental a Realizar	Relativo	Alto
Créditos para Recursos Vinculados	Baixo	Baixo
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	Baixo	Nulo
Exigível a Longo Prazo	Baixo	Nulo
Provisões para Contingências	Baixo	Nulo
TOTAL DO PASSIVO	Relativo	Relativo
Capital Social	Alto	Nulo
Ações	Alto	Nulo
Reservas	Alto	Nulo
Reservas de Lucros	Alto	Nulo
Subvenção Governamental para Investimento	Alto	Nulo
Resultado de Apuração	Alto	Relativo
Resultado de Apuração	Alto	Relativo
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Alto	Baixo
TOTAL	Relativo	

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

5. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

5.1. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS PARA O ATIVO

- Testes de transações operacionais nas suas diferentes áreas, procedimentos, processos, fases e ciclos operacionais;
 - Revisão dos balancetes mensais do trimestre sob exame e das demonstrações trimestrais e sua comparação com o período imediatamente anterior em relação as contas patrimoniais, bem como com o mesmo trimestre do exercício anterior em se tratando das contas de resultado;
 - Revisão do Ativo Circulante e Não Circulante com foco na avaliação da segregação de transações de curto e longo prazo bem como a evidenciação de sua existência física;
 - Revisão da movimentação e evolução de “Caixa e Equivalentes de Caixa” evidenciando sua característica de disponibilidade imediata ou de conversão instantânea em pecúnia inclusive de sua existência física;
 - Revisão da movimentação dos “Fundos Rotativos de Caixa” e sua aderência aos normativos internos sobre concessão, movimentação e prestação de contas;
 - Revisão da movimentação de recursos pecuniários em “Contas Correntes de Depósitos à Vista ou a Prazo e das “Aplicações Financeiras” junto a instituições financeira determinadas na legislação, bem como do recalcado dos rendimentos e retenções de impostos incidentes na operação;
 - Revisão da movimentação de Contas a Receber de Serviços Prestados ou Produtos Vendidos, já faturados ou a faturar atentando para a correta segregação devido a efetividade da prestação dos serviços ou a transferência física dos bens negociados, registrada inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado retificado pela PECLD e da necessidade ou não de ajustá-las a valor presente;
 - Revisão da metodologia de cálculos para a constituição da “Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa bem como das reversões ocorridas e sua correta apropriação inclusive no e-LALUR;
 - Revisão da movimentação e evolução dos Adiantamentos de 13º Salário e Férias em contraposição ao resumo da folha de pagamento nos trimestres que compõe o exercício sob exame;
 - Revisão da movimentação e evolução dos Adiantamentos a Fornecedores cotejando-os com os respectivos Contratos Administrativos, com suas respectivas cauções e retenções contratuais conforme o caso;
 - Revisão da movimentação de “Impostos e Contribuições a Compensar” mediante recálculos de retenções, de bases negativas ou de ativos fiscais diferidos;
 - Revisão da movimentação de Outros Valores a Receber” decorrentes de acordos de compra e venda, contratos, depósitos e cauções, créditos por cessão de pessoal e de adiantamentos a fornecedores;
 - Revisão da movimentação dos “Estoques” atentando para o seu custo de aquisição, transporte, seguro, alocação, e tributação não recuperável, deduzido dos descontos, abatimentos e outros redutores semelhantes;
 - Revisão dos almoxarifados mediante acompanhamento dos inventários físicos, cílicos ou fixos, atentando para a correta movimentação dos produtos, acondicionamento, segurança, precificação e demais processos nos sistemas que compõe os estoques.
-

- Revisão da movimentação e evolução dos depósitos judiciais e sua existência por beneficiário individualizada por CPF e instituição financeira depositária;
- Revisão da movimentação dos Investimentos em Participações no Capital de outras sociedades e da necessidade ou não de consolidação de demonstrações contábeis;
- Revisão da movimentação e evolução mediante adições, transferências, baixas e depreciação, inclusive do efetivo teste de recuperabilidade e reavaliação da vida útil dos bens que compõe o ativo imobilizado;
- Revisão da movimentação do Intangível mediante adições e amortizações em softwares.

5.2. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS NO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Revisão da movimentação e evolução dos créditos de fornecedores mediante validação e evidenciação dos saldos;
- Revisão da movimentação e evolução do saldo de Exigibilidades com Pessoal e Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e demais encargos, mediante cotejamento com resumo da folha de pagamentos com as respectivas comprovações de recolhimento/pagamento de retenções efetuadas conforme o caso;
- Revisão da movimentação e evolução dos cálculos de Dividendos a Pagar para União;
- Revisão da movimentação e evolução do saldo de Impostos e Contribuições a Recolher;
- Revisão da movimentação e evolução dos Adiantamentos Recebidos de Clientes;
- Revisão da movimentação e evolução dos Custos aderentes aos Serviços Prestados a Faturar;
- Revisão da movimentação e evolução das Provisões de Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais;
- Revisão da movimentação e evolução das Provisões para Contingências Judiciais classificadas como risco de perda provável, bem como dos Avaliação dos Controles Internos existentes sobre as demandas de risco de perda possível ou remota;
- Revisão quanto à aderência dos controles mensais, contábeis e extracontábeis, e da apuração das obrigações tributárias principais (CSLL, IRPJ, COFINS, PASEP, ISS e ICMS);
- Revisão da movimentação e evolução das Obrigações decorrentes de Passivo Atuarial de Planos Previdenciários e sua aderência ao regramento em vigor;
- Revisão da movimentação e evolução dos saldos integrantes do Patrimônio Líquido, mediante eventuais ajustes de exercícios anteriores, realização de reservas, incorporação de AFACs ao Capital Social e incorporação de resultados, quando for o caso.

5.3. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS NAS CONTAS DE RESULTADOS

Parcela considerável dos procedimentos de auditoria preconizados para as Contas de Resultado (Receitas e Despesas/Custos/Deduções etc.) constantes do nosso programa padrão de auditoria e por conseguinte considerados no planejamento específico do presente exame, decorre de um “fenômeno de auditoria” que chamamos de procedimento de auditoria reversa.

Tal fato é consequência do mecanismo das “partidas dobradas” enunciado pelo Frei Luca Pacioli em 1445 vigorante até hoje, no qual entende-se que todo registro credor gera um registro devedor em uma ou mais rubricas contábeis, intituladas contrapartidas.

Com bastante frequência as contrapartidas de registros contábeis em contas patrimoniais (contas do ativo/passivo/patrimônio líquido) são as contas de resultado, de modo que na ocasião de aplicação dos procedimentos de auditoria nas contas patrimoniais, automaticamente aplica-se também em contas chamadas CORRELATAS, ou seja, aquelas usadas na contrapartida, cujos procedimento normalmente visam:

- Determinar se todas as receitas, custos e despesas atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados;
- Certificar-se de que todas as receitas, custos e despesas não atribuídos ao período ou que beneficiem exercícios futuros estão corretamente diferidos;
- Observar se os custos e despesas estão corretamente contrapostos às receitas devidas;
- Evidenciar se as receitas, custos e despesas estão contabilizados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, em bases uniformes;
- Garantir que as receitas, custos e despesas estão corretamente classificados nas demonstrações financeiras, e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas.

5.4. Padrão de Materialidade Atribuída aos Saldos para Aplicação de Procedimentos de Auditoria

A materialidade do saldo da conta e o grau de confiabilidade atribuído determina a amplitude dos procedimentos de auditoria que serão aplicados. Os saldos situados abaixo da materialidade serão apenas validados, os saldos situados abaixo da materialidade financeira selecionados pelo auditor devido sua complexidade procedural ou operacional, serão auditados parcialmente e validados e finalmente, os saldos situados dentro da materialidade os quais serão auditados integralmente e validados. Em cada saldo comentado nos capítulos 6, 7 e 8 adiante, haverá um hexágono colorido distinguindo-o conforme legenda abaixo.

-  Saldo Abaixo da Materialidade Apenas Validado
-  Saldo Abaixo da Materialidade Auditado Parcialmente e Validado
-  Saldo Dentro da Materialidade Auditado Integralmente e Validado

6. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E SEUS CONTROLES INTERNOS

6.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **16,49%** do saldo total do ativo, recebendo atributo de “risco relativo” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 17.119.276,56** equivalentes a **16,60%** de acréscimo em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “risco relativo”, do ponto de variação patrimonial.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

Especificação	ATIVO		SALDOS			Variação 2T25 x 1T25	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	
ATIVO CIRCULANTE	120.267.896,75	16,49	103.148.620,19	15,72	17.119.276,56	16,60	
Disponibilidades Financeiras	45.956.653,08	6,30	81.398.763,17	12,41	-35.442.110,09	-43,54	
Bancos Conta Movimento	45.783.891,13	6,28	81.303.850,14	12,39	-35.519.959,01	-43,69	
Bancos Adiantamentos para colaboradores	98,00	0,00	98,00	0,00	0,00	0,00	
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	36.112,10	0,00	28.970,50	0,00	7.141,60	24,65	
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	136.551,85	0,02	65.844,53	0,01	70.707,32	107,39	
Títulos e Valores Mobiliários	63.642.478,66	8,73	12.040.589,61	1,84	51.601.889,05	428,57	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	58.448.054,77	8,01	6.834.702,46	1,04	51.613.352,31	755,17	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios Diversos	521.121,18	0,07	519.016,64	0,08	2.104,54	0,41	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Convênios CEF/FGTS	4.673.302,71	0,64	4.686.870,51	0,71	-13.567,80	-0,29	
Contas a Receber	392.453,19	0,05	402.300,31	0,06	-9.847,12	-2,45	
Contas a Receber Operacionais	392.453,19	0,05	402.300,31	0,06	-9.847,12	-2,45	
Adiantamentos Concedidos a Obras	8.573.488,46	1,18	8.573.488,46	1,31	0,00	0,00	
Adiantamentos Concedidos a Obras	8.573.488,46	1,18	8.573.488,46	1,31	0,00	0,00	
Antecipações a Empregados	1.387.607,39	0,19	557.271,56	0,08	830.335,83	149,00	
Antecipações a Empregados	1.387.607,39	0,19	557.271,56	0,08	830.335,83	149,00	
Tributos a Recuperar	225.939,34	0,03	75.868,94	0,01	150.070,40	197,80	
Tributos Municipais e Federais	225.939,34	0,03	75.868,94	0,01	150.070,40	197,80	
Despesas Antecipadas	3.740,33	0,00	6.378,87	0,00	-2.638,54	-41,36	
Despesas Antecipadas	3.740,33	0,00	6.378,87	0,00	-2.638,54	-41,36	
Estoque de Bens do Almoxarifado	85.536,30	0,01	93.959,27	0,01	-8.422,97	-8,96	
Estoque de Bens do Almoxarifado	85.536,30	0,01	93.959,27	0,01	-8.422,97	-8,96	

6.1.1. DISPONIBILIDADES

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária. É composto pelos recursos próprios da Companhia, oriundos da arrecadação mensal de mutuários e da comercialização de áreas; e pelas contas correntes vinculadas a contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, o Governo do Estado e outras entidades.

✓ Procedimentos de Auditoria

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com o razão contábil.

✓ Constatações

Os valores de Caixa e Equivalentes de caixa consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam riscos insignificantes de mudança de valor.

O exame efetuado nas conciliações de 30/06/2025 constatou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis estão devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Essas evidências permitiram confirmar a existência dos bloqueios judiciais e sua correta apresentação nos registros contábeis da entidade.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos no Disponível são consubstanciados por meio das conciliações bancárias efetuadas adequadamente, e nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-os, após conciliados, com exatidão nas demonstrações contábeis.

✓ **Recomendação de Aprimoramento**

Recomenda-se a análise contínua das posições de investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco. Atendendo a política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras.



6.1.2 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores do 2º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2025, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que referida conta contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros Realizáveis.

✓ **Constatações**

Os valores das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas Demonstrações Financeiras por estarem atreladas à variação de aplicações de fundo de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos confirmatórios de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras.

✓ **Recomendação de Aprimoramento**

Recomenda-se a análise contínua das posições de investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco. Atendendo a política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras.



6.1.3 CLIENTES

O grupo congrega as contas representativas de bens e direitos conversíveis em meios circulantes, em prazo não superior ao final do exercício seguinte, apresenta uma exposição patrimonial de **0,05%**, e registra uma variação negativa de **(R\$ 9.847,12)** equivalentes a um decréscimo de **2,45%** em relação ao exercício anterior.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores entre os períodos do 2º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2025, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Clientes
Prestações a Receber Conjuntos e Loteamentos (Ativo Circulante)
Prestações a Receber Conjuntos e Loteamentos (Ativo Longo Prazo)
R\$ 721.532,16

a) Refere-se Contrato de Prestação de Serviço de Gestão da Carteira Habitacional do Estado de Goiás, Nota Fiscal nº 7092 emitida em 30/06/2025 para Secretaria de Estado da Economia no valor líquido de R\$ 383.920,76 (trezentos e oitenta e três mil novecentos e vinte reais e setenta e seis centavos) recebida em 08/07/2025 conforme documento (76970047).

c) A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, referente aos títulos vencidos a mais de 180 dias, utiliza-se o método fiscal.

Saldo em 31/12/2024 = R\$ 599.984,03

(+) Provisões realizadas = R\$ 21.090,63

(-) Reversões de Provisões = R\$ 66,65

(=) Saldo em 30/06/2025 = R\$ 621.008,01

✓ **Opinião**

Os controles internos conectados aos saldos das contas representativas de “Clientes”, atendem às necessidades operacionais da Companhia, e nos pareceram suficientes para registro e controle de tais créditos demonstrando-os com exatidão nas demonstrações contábeis.



6.1.4 ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A OBRAS ADMINISTRADAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas e Relatórios Sintéticos dos Adiantamentos Concedidos a Obras Administradas. As referidas planilhas nos subsidiaram no estudo da evolução das aludidas contas, tendo por objetivo atenuar os riscos das operações, uma vez que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Os adiantamentos concedidos a obras administradas, são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais.

Adiantamentos Concedidos a Obras	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
João Paulo II - 2ª Etapa	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36
Água Fria - II Etapa	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.428.591,90
Real Conquista	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51
Damianópolis	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59
	R\$ 8.573.488,46	R\$ 8.573.488,46	R\$ 10.002.080,36

Os valores contabilizados em Adiantamento de Obras são oriundos da utilização do recurso próprio da AGEHAB em períodos anteriores (Integralização de Capital) para pagamento das medições para não ocorrer atrasos, até a liberação do RECURSO/FGTS.

Considerando que nos termos de Cooperação e Parceira CAIXA menciona que na cláusula terceira – DOS RECURSOS – Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes de linhas de financiamento com recursos do FGTS- Fundo de Garantia por Termo de Serviço e recursos próprios da Entidade Organizadora, a título de contrapartida, representados pelo aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços para produção de unidades habitacionais.

A AGEHAB tem previsão legal para utilização do RECURSO PRÓPRIO para custear o término das obras, após do término definitivo das obras principalmente nos encerramentos das contas correntes, ocorrerá as devidas compensações das sobras dos saldos financeiros com os valores contabilizados em adiantamentos

✓ **Opinião**

Os controles internos existentes nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados à conta Adiantamentos Concedidos a Obras Administradas. Todavia, recomendamos que sejam desprendidos esforços para que as devidas compensações sejam feitas ao término das obras, dessa forma, não comprometendo a continuidade das atividades da Companhia.



6.1.5 TRIBUTOS A RECUPERAR

Os valores dos Tributos passíveis de compensação, sejam por recolhimentos na fonte, valores pagos indevidamente ou a maior, são contabilizados em contas do ativo, com correspondente atualização, de acordo com a legislação pertinente. Importante manter controle quanto à prescritibilidade desses valores a fim de que não se perca o direito de compensá-los dos valores a recolher, ou que os valores sejam baixados do ativo, caso vençam. O controle sobre a prescritibilidade dos créditos visa, ainda, a evitar a compensação indevida de créditos já prescritos.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Analisamos as planilhas auxiliares mantidas pela Célula de Contabilidade para controles dos créditos a recuperar. Tais planilhas servem de subsídio aos lançamentos contábeis mensais relacionados à apuração de impostos e como fonte de informação para elaboração da Escrituração Fiscal Digital EFD – Contribuições. Realizamos o teste no subgrupo, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Constatações**

Constatamos que os Tributos a Recuperar Referem-se ao Imposto de Renda retido sobre os rendimentos financeiros e Imposto de Renda Retido das notas fiscais emitidas para Secretaria de Estado da Economia.

Tributos a Recuperar	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
IRRF Sobre Rendimentos Aplicados (a)	R\$ 106.770,30	R\$ 169.585,66	R\$ 84.562,86
IRRF Sobre Serviço Prestados (b)	R\$ 119.169,04	R\$ 224.685,36	R\$ 112.342,68
IRRF sobre Férias (c)	R\$ -	R\$ 48.793,47	R\$ -
	R\$ 225.939,34	R\$ 443.064,49	R\$ 196.905,54

- a) Refere-se Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos financeiros de valores aplicados por fonte orçamentária.

IRRF sobre Rendimentos Financeiros	30/06/2025	Valor
Fonte Alienação de Imóveis	R\$ 63.741,15	
Fonte Convênios Federais	R\$ 43.029,15	
		R\$ 106.770,30

- b) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Serviço Prestado da Carteira Habitacional do Estado de Goiás.

Data	Documento	Valor
29/01/2025	Nota Fiscal 6948	R\$ 18.723,78
28/02/2025	Nota Fiscal 6975	R\$ 18.723,78
28/03/2025	Nota Fiscal 6996	R\$ 20.430,37
29/04/2025	Nota Fiscal 7027	R\$ 20.430,37
29/05/2025	Nota Fiscal 7060	R\$ 20.430,37
30/06/2025	Nota Fiscal 7092	R\$ 20.430,37
		R\$ 119.169,04

- c) Refere-se ao Imposto de Renda sobre férias recolhidos na competência do pagamento e serão descontados dos servidores nos respectivos períodos de gozo.

✓ **Opinião**

Por se tratar de assunto crítico, envolvendo apuração de impostos e contribuições a serem pagos à Receita Federal do Brasil, recomendamos a manutenção da conciliação das informações e o aprimoramento de controles efetivos visando à correção das informações declaradas a fim de evitar possível sonegação fiscal.



6.1.6 ESTOQUES

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, como material de expediente, material de informática, dentre outros.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos.

✓ **Constatações**

Referem-se aos valores em estoque de materiais de escritório, materiais de limpeza, materiais a tecnologia da informação, materiais de copa e cozinha e gêneros alimentícios. São avaliados ao custo médio de aquisição.

Inventário realizado pela comissão de inventário de Bens do Almoxarifado em 26/12/2024 documento (68341761) processos 202400005031714.

Não é realizado provisão para perdas, representam itens de pequenos valores, com alta rotatividade e não há obsolescência.

Estoques de Bens do Almoxarifado	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Almoxarifado - sede	R\$ 85.536,30	R\$ 105.608,83	R\$ 108.111,99
	R\$ 85.536,30	R\$ 105.608,83	R\$ 108.111,99

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE	
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	R\$ 41.353,97
Material para cozinha, refeitórios e afins	R\$ 8.842,94
Gêneros Alimentícios	R\$ 2.950,24
Material de Expediente	R\$ 32.389,15
	R\$ 85.536,30

✓ **Opinião**

Através deste procedimento validamos o saldo em “Estoque”, porque que os controles físicos existentes se mostraram compatíveis com pequena complexidade das operações.

6.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução dos objetivos da entidade. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei nº 11.638/07 e MP nº 499 já convertida na Lei nº 10.842/09. Precitado grupo representa **83,51%** da exposição ativa da AGEHAB, apresentando uma adição de **R\$ 56.284.212,07** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação 2T25 x 1T25	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	609.138.111,69	83,51	552.853.899,62	84,28	56.284.212,07	10,18
Realizável a Longo Prazo	602.095.805,71	82,55	547.339.026,68	83,44	54.756.779,03	10,00
Devedores por Vendas Compromissadas	91.991,72	0,01	91.991,72	0,01	0,00	0,00
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	1.129.756,77	0,15	1.129.756,77	0,17	0,00	0,00
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	2.163.854,64	0,30	2.163.854,64	0,33	0,00	0,00
Tributos a Recuperar	770.734,70	0,11	747.771,07	0,11	22.963,63	3,07
Obras Em Andamento - Programas Habitacionais	597.939.467,88	81,98	543.205.652,48	82,81	54.733.815,40	10,08
Imobilizado	2.916.410,07	0,40	2.166.324,36	0,33	750.085,71	34,62
Bens Tangíveis	6.982.233,57	0,96	5.992.053,78	0,91	990.179,79	16,52
(-) Depreciações Acumuladas	-4.065.823,50	-0,56	-3.825.729,42	-0,58	-240.094,08	6,28
Bens Intangíveis	4.125.895,91	0,57	3.348.548,58	0,51	777.347,33	23,21
Bens Intangíveis	6.013.064,36	0,82	5.000.709,75	0,76	1.012.354,61	20,24
(-) Amortizações Acumuladas	-1.887.168,45	-0,26	-1.652.161,17	-0,25	-235.007,28	14,22

6.2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo do grupo refere-se a Valores a receber dos mutuários, mantidos pela Companhia para fins de construção de habitações visando ao desenvolvimento e manutenção de programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo do Estado de Goiás, seja para fins de comercialização ou remanejamentos.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas e Relatórios Sintéticos do grupo Realizável a Longo Prazo. As planilhas nos subsidiaram no estudo da evolução das aludidas contas, tendo por objetivo atenuar os riscos das operações, uma vez que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Devedores por Vendas Compromissadas - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

Valores a receber dos contratos dos mutuários classificados no Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo.

Devedores por Vendas Compromissadas	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Conjuntos Habitacionais	R\$ 91.991,72	R\$ 91.991,72	R\$ 124.608,88
	R\$ 91.991,72	R\$ 91.991,72	R\$ 124.608,88
Clientes			
Prestações a Receber Conjuntos e Loteamentos (Ativo Circulante)		R\$ 629.540,44	
Prestações a Receber Conjuntos e Loteamentos (Ativo Longo Prazo)		R\$ 91.991,72	
		R\$ 721.532,16	

Devedores por Créditos Repassados

Crédito com a Prefeitura de Anápolis atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se aos valores repassados para construção de infraestrutura de conjunto habitacional Vila Formosa no município de Anápolis, contrato renegociado em 19/01/1973.

Devedores por Créditos Repassados	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Infra Estrutura de Conjuntos	R\$ 6.862.253,88	R\$ 6.862.253,88	R\$ 6.647.028,67
Provisão para perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa	(R\$ 6.862.253,88)	(R\$ 6.862.253,88)	(R\$ 6.647.028,67)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -

- a) O valor da dívida é atualizado monetariamente conforme Unidade Padrão Capital (UPC), OFÍCIO Nº 8499/2024/AGEHAB de 02 de dezembro de 2024, Processo 202100031001294.
- b) Em observância aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nºs 38 e 48, foi constituído provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- c) Execução de Título Executivo Extrajudicial (protocolo nº 5770797-59.2022.8.09.0006) em face do Município de Anápolis, distribuído à Vara de Fazenda Pública Municipal, processo 202100031000578.

Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

Unidades Residenciais Programas Governo	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024	Quantidade
Senador Canedo	R\$ 953.012,33	R\$ 953.012,33	R\$ 953.012,33	73 UH
Aparecida de Goiânia	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	16 UH
	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.129.756,77	

Referem-se a Unidades Residenciais(casa) que pertencem ao patrimônio da Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB.

Inventário realizado pela comissão de inventário de Bens do Imóveis, processo 202400005031714 e processo 202100031001372 em andamento para regularizações dos imóveis invadidos.

Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização

Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Santos Dumont/Goiânia-Goiás	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68
Conjunto Vera Cruz/Goiânia-Goiás	R\$ 2.109.198,96	R\$ 2.159.325,65	R\$ 2.161.054,16
	R\$ 2.163.854,64	R\$ 2.213.981,33	R\$ 2.215.709,84

Conjunto Vera Cruz

Terrenos destinados à Edificações localizados no Conjunto Vera Cruz no município de Goiânia/Goiás.

Em cumprimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1428/2013 regulamentada pela NBC TG 46 – Mensuração do Valor Justo, foram realizadas avaliações ao valor justo, mas não foram reconhecidos pelo motivo que estes lotes serão construídos moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

Em 2022, alienações dos blocos 132 a 145 Rua VC-21B e Rua VC-21C destinados à 256 (Duzentos e Cinquenta e Seis) Unidades Habitacionais denominado Ipê Roxo Processo 202100031000580;

Em 2023, alienações dos blocos 118 a 131 Rua VC-21A e Rua VC-21B destinados à 240 (Duzentos e Quarenta) Unidades Habitacionais denominado Ipê Amarelo 202200031000234.

Em 31/03/2025, houveram baixas na proporcionalidade de 116 (Cento e Dezesseis) escrituras referente alienações dos blocos 104 a 117 Rua VC-21 e Rua VC-21^a destinados à construção de 240(Duzentos e Quarenta) Unidades Habitacionais denominado Iris Rezende III Processo 202300031009127.

Inventário realizado pela comissão de inventário de Bens do Imóveis, processo 202400005031714.

Tributos a recuperar – Longo Prazo

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia, valores atualizados conforme juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Tributos a Recuperar	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Saldo Negativo do Imposto de Renda	R\$ 770.734,70	R\$ 332.902,37	R\$ 1.362.282,27
	R\$ 770.734,70	R\$ 332.902,37	R\$ 1.362.282,27

Em 20/09/2024 recebido em conta corrente da Agência Goiana de Habitação S/A restituição oriunda as retenções de Imposto de Renda do Exercício Social 2022 através da PERDCOMP nº 25026.21614.280623.1.2.02-2901.

Em 21/11/2024 recebido em conta corrente da Agência Goiana de Habitação S/A restituição oriunda das retenções de Imposto de Renda do Exercício Social 2017 através da PERDCOMP nº 34794.42220.180320.1.6.02-0367.

Em 19/07/2024 solicitado à Receita Federal restituição referente às retenções de Imposto de Renda do Exercício Social de 2023 através do PERDCOMP nº 17888.01882.190724.1.2.02-8176, cuja situação está em análise.

Em 10/07/2025 solicitado à Receita Federal restituição referente às retenções de Imposto de Renda do Exercício Social de 2024 através do PERDCOMP nº 29717.54774.100725.1.2.02-9147, cuja situação está em análise.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos no Realizável a Longo Prazo, nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados à conta.



6.2.2. OBRAS EM ANDAMENTO

Especificação	ATIVO		SALDOS			Variação 2T25 x 1T25	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	
ATIVO NÃO-CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo	609.138.111,69	83,51	552.853.899,62	84,28	56.284.212,07	10,18	
Obras Em Andamento - Programas Habitacionais	602.095.805,71	82,55	547.339.026,68	83,44	54.756.779,03	10,00	
Obras em Andamento - Recurso Tesouro Estadual	597.939.467,88	81,98	543.205.652,48	82,81	54.733.815,40	10,08	
Obras em Andamento - Convênios Federais/CAIXA/FGTS	582.523.795,29	79,86	531.189.985,76	80,97	51.333.809,53	9,66	
Obras em Andamento - Convênios Federais/CAIXA/FGTS	3.288.451,36	0,45	3.288.451,36	0,50	0,00	0,00	

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas e Relatórios Sintéticos das Obras em Andamento. As referidas planilhas nos subsidiaram no estudo da evolução das aludidas contas, além dos esclarecimentos fornecidos pela administração da AGEHAB. Tendo por objetivo atenuar os riscos das operações, uma vez que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Os valores contabilizados no grupo OBRAS EM ANDAMENTO referem-se aos pagamentos dos serviços prestados às construtoras incluído mão de obra e materiais, com a utilização dos recursos financeiros do Tesouro do Estado de Goiás (Subvenção Governamental para subsidiar o programa de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção Unidades Habitacionais (CASA A CUSTO ZERO) e Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos apresentados na conta de Obras em Andamento, nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados à aludida conta, bem como as evidências de auditoria coligidas nos papeis de trabalho foram suficientes para a validação dos saldos demonstrados no Balanço Patrimonial.

✓ **Recomendação de Aprimoramento**

Envidar esforços no sentido de sanar as pendências documentais para a liberação dos recursos finais relativos a obras antigas já concluídas e entregues.



6.2.3. ATIVO IMOBILIZADO

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia, todavia selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito das contas, atentando para apropriação das aquisições, no que tange à

integridade e posse dos bens, à fidelidade da documentação, à titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender às Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

A administração aplicou o teste de IMPAIRMENT elaborado pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli, cujas conclusões são que os ativos não apresentaram perda por Recuperabilidade e que os valores apurados com base nos preços praticados no mercado ativo estão acima dos valores contabilizados.

IMOBILIZADO

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica.

Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por unidades administrativas e centros de custos.

Contas	Aquisições	Depreciações	Líquido 30/06/2025	Líquido 31/12/2024	Líquido 30/06/2024
Móveis e Utensílios	1.173.573,02	-692.036,31	481.536,71	336.867,81	343.172,19
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	130.716,94	-94.050,42	36.666,52	53.378,15	71.949,05
Computadores e Periféricos	4.699.030,61	-2.766.957,22	1.932.073,39	1.536.907,57	1.802.452,85
Instalações de Escritório	257.210,19	-182.206,97	75.003,22	92.106,70	109.605,55
Aparelhos e Equip. de Medição e Orientação	421.399,99	-125.533,44	295.866,55	108.196,99	127.173,07
Terrenos	30.134,70	0	30.134,70	30.134,70	30.134,70
Edificações	123.309,16	-83.484,54	39.824,62	40.973,38	42.122,14
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	146.858,96	-121.554,60	25.304,36	27.226,82	29.149,28
TOTAL	6.982.233,57	-4.065.823,50	2.916.410,07	2.225.792,12	2.555.758,83

- a) Neste período, houveram aquisições de bens móveis e bens de informática no total de R\$ 990.179,79 (novecentos e noventa mil cento e setenta e nove reais e setenta e nove centavos).
- b) Realizada revisão da vida útil nos bens móveis pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio.

INTANGÍVEL

No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso “perpétua”, adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativos ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

Contas	Aquisições	Amortização	Líquido 30/06/2025	Líquido 31/12/2024	Líquido 30/06/2024
Software	6.013.064,36	-1.887.168,45	4.125.895,91	2.902.040,88	1.473.432,23
TOTAL	6.013.064,36	-1.887.168,45	4.125.895,91	2.902.040,88	1.473.432,23

- a) Contratação empresa Logiks Consultoria e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda, Processo 2022000310004166 para desenvolvimento de sistemas internos, neste período

houve apropriação no total de R\$ 1.012.354,61 (um milhão, doze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

b) Realizada revisão da vida útil dos softwares pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema patrimonial.

✓ **Opinião**

Entendemos que os processos e procedimentos que integram os controles internos implementados são suficientes para salvaguardar tais ativos, registrados fielmente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

7. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E SEUS CONTROLES INTERNOS

7.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **16,66%** do saldo total do passivo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 19.960.294,68**, em relação ao período anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando risco relativo do ponto de vista de volume quantitativo e risco relativo em função do qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

Especificação	PASSIVO		SALDOS			Variação 2T25 x 1T25		
			Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE		121.518.021,22	16,66		101.557.726,54	15,48	19.960.294,68	19,65
Obrigações de Curto Prazo		121.518.021,22	16,66		101.557.726,54	15,48	19.960.294,68	19,65
Obrigações Trabalhistas		174.604,82	0,02		116.527,63	0,02	58.077,19	49,84
Consignações sobre Folha de Pagamento		53.635,19	0,01		46.465,40	0,01	7.169,79	15,43
Obrigações Sociais		2.344.082,10	0,32		2.195.471,03	0,33	148.611,07	6,77
Obrigações Tributárias		881.344,62	0,12		620.120,87	0,09	261.223,75	42,12
Contas a Pagar		9.675.260,31	1,33		10.354.905,94	1,58	-679.645,63	-6,56
Provisões Trabalhistas		8.681.299,87	1,19		6.871.094,53	1,05	1.810.205,34	26,35
Subvenção Governamental a Realizar		95.270.293,44	13,06		76.984.427,40	11,74	18.285.866,04	23,75
Créditos para Recursos Vinculados		4.437.500,87	0,61		4.368.713,74	0,67	68.787,13	1,57

7.1.1. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas de conciliações dos saldos por data de vencimento estratificando o mês do fato gerador, realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Constatações**

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias

Refere-se aos valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados dos servidores (Empréstimo Consignado), contribuições previdenciárias, Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, apropriados pelo regime de competência.

Contas	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Obrigações Trabalhistas e Consignações	R\$ 228.240,01	R\$ 124.150,92	R\$ 311.657,73
Salários a Pagar	R\$ 22.792,94	R\$ -	R\$ 133.631,46
Rescisões Trabalhistas	R\$ 25.080,59	R\$ -	R\$ 2.614,37
Empréstimo Consignado	R\$ 43.701,47	R\$ -	R\$ 41.587,60
Crédito ao Trabalhador	R\$ 9.913,72	R\$ -	R\$ -
Contribuições Sindicais	R\$ 20,00	R\$ -	R\$ -
Empregados Cedidos	R\$ 126.731,29	R\$ 124.150,92	R\$ 133.824,30

Contas	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Obrigações Sociais	R\$ 2.344.082,10	R\$ 532.490,97	R\$ 1.908.943,05
Contribuição Previdenciária - INSS a Recolher	R\$ 1.092.090,50	R\$ 7.341,83	R\$ 1.036.023,15
INSS a Recolher - Serviços Terceirizados	R\$ 981.066,38	R\$ 525.149,14	R\$ 617.321,22
FGTS a Recolher	R\$ 270.925,22	R\$ -	R\$ 255.598,68

Contas	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Obrigações Tributárias	R\$ 881.344,62	R\$ 142.469,06	R\$ 607.681,48
IRRF a Recolher - Empregados	R\$ 609.329,52	R\$ 5.289,22	R\$ 467.302,78
IRRF a Recolher - Terceiros	R\$ 41.382,81	R\$ 19.046,73	R\$ 17.896,08
ISS Próprio	R\$ 95,50	R\$ 95,00	R\$ 93,00
ISS - Terceiros	R\$ 14.085,97	R\$ 875,75	R\$ 14.801,50
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	R\$ 147.852,52	R\$ 70.291,05	R\$ 70.839,65
PIS - Não Cumulativo a Recolher	R\$ 8.241,32	R\$ 5.748,67	R\$ 4.834,08
COFINS Não Cumulativo a Recolher	R\$ 44.976,11	R\$ 29.544,36	R\$ 23.136,19
Retenções - Cooperativa	R\$ 12.913,71	R\$ 11.578,28	R\$ 8.778,20
ISS - Outros Municípios	R\$ 2.467,16	R\$ -	R\$ -

R\$ 3.453.666,73	R\$ 799.110,95	R\$ 2.828.282,26
-------------------------	-----------------------	-------------------------



7.1.2. Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos das contas a pagar aos fornecedores estão aos seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas e considerando que não há ocorrência de atrasos na quitação e por consequência não há ocorrência de pagamento de juros/multas.

Considerando o fluxo financeiro baseado no orçamento do tesouro do Estado de Goiás, os valores contabilizados em contas a pagar, referem-se:

Contas a Pagar	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Fornecedores de Bens e Serviços	R\$ 8.476.586,01	R\$ 410.724,49	R\$ 8.038.993,26
Fornecedores de Bens e Serviços a faturar	R\$ 1.160.039,30	R\$ 677.962,68	R\$ 1.042.245,63
Diárias a Pagar	R\$ 38.635,00	R\$ 47.055,00	R\$ 31.315,00
	R\$ 9.675.260,31	R\$ 1.135.742,17	R\$ 9.112.553,89

a) Provisões das despesas, considerando o regime de competência;



7.1.3. Provisões Trabalhistas

Provisões Trabalhistas - Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão 13º Salário e Férias, 1/3 Férias, contém os Impostos (Contribuição Previdenciária e FGTS) no valor de R\$ 8.681.299,87 (oito milhões, seiscentos e oitenta e um mil duzentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos) sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.

Provisões Trabalhistas	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Provisões de 13º Salário	R\$ 2.078.396,17	R\$ -	R\$ 2.013.247,85
Provisões de Férias	R\$ 6.602.903,70	R\$ 6.273.793,41	R\$ 6.008.252,08
	R\$ 8.681.299,87	R\$ 6.273.793,41	R\$ 8.021.499,93

7.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante representa **0,29%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, onde não houve variação em relação ao período anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando risco nulo do ponto de vista de volume quantitativo e risco baixo em função do qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2T25 x 1T25	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.088.000,00	0,29	2.088.000,00	0,32	0,00	0,00
Exigível a Longo Prazo	2.088.000,00	0,29	2.088.000,00	0,32	0,00	0,00
Provisões para Contingências	2.088.000,00	0,29	2.088.000,00	0,32	0,00	0,00

7.2.1 Provisões e Contingências

Não obstante a conta haver apresentado saldo abaixo da materialidade para aplicação de procedimento de auditoria por amostragem de transação individualmente, bem como não haver apresentado variação em relação ao período anterior, ainda assim, aplicamos teste de transação baseado em evidência suficiente e apropriada para a validação do saldo que representa uma obrigação presente, legal ou não vinculada a um evento passado.

✓ Políticas e Práticas Contábeis Aderentes

Provisões são reconhecidas quando a AGEHAB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados; seja provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Tais valores incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à AGEHAB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo NBC TG 25 e seguem as diretrizes consolidadas em norma interna sobre o tema. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativos.

Conforme já mencionado, a conta de Provisões para Contingências representa apenas **0,29%** do saldo total do passivo recebendo atributo de “baixo risco” sob o ponto de

vista de exposição qualitativa, e não apresentou nenhuma variação em comparação com período anterior, apontando um risco nulo do ponto de vista quantitativo transacionado.

✓ **Avaliação dos Controles Internos**

Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

DIAGRAMA DE DECISÃO



Este diagrama é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões de passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos assessores jurídicos, para formação de sua opinião em relação ao prognostico a ser atribuído a cada ação judicial avaliada.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos a documentação sobre as causas judiciais em que a AGEHAB figura como polo ativo e passivo, a fim de verificar se os registros contábeis estão conciliados com as informações prestadas pelos advogados.

✓ **Constatações**

Passivo Provável

A AGEHAB é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pela Procuradoria Jurídica, devidamente provisionadas de acordo com NBC TG nº 25.

Referem-se há 32 (Trinta e Dois) Processos Judiciais classificados como PASSIVO PROVÁVEL. Processo 202200031006938.

Provisões para Contingências	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Provisões para Contingências Processos Cíveis	R\$ 2.088.000,00	R\$ 2.088.000,00	R\$ 2.163.284,47
Provisões para Contingências Processos Trabalhistas	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.627.957,91
	R\$ 2.088.000,00	R\$ 2.088.000,00	R\$ 4.791.242,38

Passivo Possível

A AGEHAB é parte integrante de 149 (Cento e Quarenta e Nove) processos com causas cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como possíveis de perdas pela Assessoria Jurídica, conforme determina a NBC TG 25, totalizando o valor de R\$ 13.668.019,59 (Treze Milhões, Seiscentos e Sessenta e Oito Mil, Dezenove Reais e Cinquenta e Nove Centavos).

✓ **Opinião**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais – trabalhistas, tributárias e cíveis, as quais estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 19, são compatíveis e aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis. Os controles são apropriados ao porte e complexidade da Companhia.

7.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **83,05%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **9,68%** em relação ao período anterior.

Especificação	PASSIVO		SALDOS		Variação 2T25 x 1T25	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
Capital Social	187.256.418,03	25,67	187.256.418,03	28,55	0,00	0,00
Ações	187.256.418,03	25,67	187.256.418,03	28,55	0,00	0,00
Reservas	773.787.983,70	106,08	773.787.983,70	117,96	0,00	0,00
Reservas de Lucros	773.787.983,70	106,08	773.787.983,70	117,96	0,00	0,00
Subvenção Governamental para Investimento	773.787.983,70	106,08	773.787.983,70	117,96	0,00	0,00
Resultado de Apuração	-355.242.778,51	-48,70	-408.685.972,46	-62,30	53.443.193,95	-13,08
Resultado de Apuração	-355.242.778,51	-48,70	-408.685.972,46	-62,30	53.443.193,95	-13,08
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	605.799.987,22	83,05	552.356.793,27	84,20	53.443.193,95	9,68

✓ **Constatações**

O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 605.799.987,22 (seiscentos e cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos).

Capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 no valor de R\$ 187.256.418,03, sendo ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,952764975% das ações, o valor a integralizar é de R\$ 8.877.149,13, sendo capital subscrito de R\$ 196.133.567,16.

Constituída Reservas de LUCROS classificadas SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS no valor de R\$ 773.787.983,70 (Setecentos e Setenta e Três Milhões, Setecentos e Oitenta e Sete Mil, Novecentos e Oitenta Três Reais e Setenta Centavos) referem-se aos valores transferidos via Lei Orçamentária Anual para execução das ações sociais do Programa Habitacional do Estado de Goiás administrados pela Agência Goiana de Habitação S/A, sendo transferidos para conta de reserva conforme artigo 30 da lei 12.973/2014 e assim excluído da Base de Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social conforme reforça o 4º do Ato Declaratório interpretativo RFB nº 4, de 04 de dezembro de 2024.

2021	R\$ 13.485.425,67
2022	R\$ 198.835.230,06
2023	R\$ 414.195.854,48
2024	R\$ 147.271.473,49
	RS 773.787.983,70

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

7.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme previsto no PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 05 (R1) com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com referidas partes relacionadas.

A Agência Goiana de Habitação S/A possui política vigente, aprovada pelo Conselho de Administração conforme Ata 456ª em 28/06/2024, para regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de contratos e outros ajustes envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações.

Dessa forma, a política de transações com partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, cujas transações no 2º Trimestre de 2025estão assim compostas: Os valores demonstrados abaixo são baseado no regime de Caixa:

Entidades	Natureza da Transação	VALOR
1. Agência de Fomento de Goiás S/A	Convênio	28.309.884,92

2. Saneamento de Goiás S/A	Fornecedores	9.822,26
3. Governo do Estado de Goiás	Subvenção Governamental	157.157.917,86
4. Governo do Estado de Goiás	Prestação de Serviço	1.276.898,31
		186.754.523,35

8. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 32 (Trinta e duas) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração da **AGEHAB** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Consolidando todas as informações coligidas em nossos papeis de trabalho de auditoria eletrônica registrado no sistema *Auditing Software Distributor – ASD*, utilizado para propiciar maior celeridade ao trabalho, entendemos que todos os dados disponibilizados pela AGEHAB foram suficientes para concluirmos que a governança contábil é conduzida de forma satisfatória.

Isto posto, permanecemos a disposição para interlocução da matéria aqui tratada.

Goiânia/GO, 10 de setembro 2025.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC/PE 000150/O "S" GO – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
 Contador RT- CRC/PE 010483/O-9 "S" GO
 Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira
 Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" GO
 CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira
 Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S" GO
 CNAI 4850